

PLANO DE GOVERNO

MAXARANGUAPE: 2021 A 2024

PLEITO: 2020

CANDIDATOS:

✓ Prefeito: LUÍS EDUARDO

✓ Vice: Professora NIRA

A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

O nosso Plano de Governo está estruturado de forma simples, como simples é a nossa forma de agir e de fazer política.

Isto posto, o Plano de Governo é dividido em duas Partes. Na Parte I, fazemos um relato da modernização administrativa por que passou o Município, de 2017 a 2020, e uma síntese da metodologia de gestão (da forma como agimos até aqui e como

agiremos nos anos vindouros). Na Parte II, mais extensa, concentramos as ações de governo, nas diversas áreas de atuação, sintetizando o que foi feito e o que nos propomos fazer (enfatizamos: por área).

A seguir, o modelo sintético dessa estruturação:

PARTE I – A INOVADORA EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA

→ *Um relato da modernização administrativa de Maxaranguape:*

PARTE II – CONTINUAR E FAZER MAIS (POR ÁREA)

→ *Um relato do que já é feito e do que virá (por área)*

PARTE I

A INOVADORA EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Um relato da modernização administrativa de Maxaranguape:

- ✓ **Introdução – um pouco dessa nossa história**
- ✓ **Continuando com nossos Princípios e Valores**
- ✓ **Sequência às ferramentas de gestão aprovadas pela população**

- ✓ **Renovação de uma gestão de compromissos**
- ✓ **Maxaranguape – exemplo de um jeito novo de governar**

Introdução – um pouco dessa nossa história

Como diria o apóstolo Paulo, travamos o bom combate. Isso quer dizer: fizemos a boa política, aquela que respeita e valoriza a divergência, mas sem jamais perder o foco na convergência do que realmente importa, que é prestar o melhor serviço público.

Em quase quatro anos de governo, resgatamos a autoestima do povo de Maxaranguape. Sem distinção de classe, religião, raça ou preferência política, a cidade sentiu-se parceira de sua administração e retomou o gosto de investir e trabalhar por ela mesma.

Os serviços públicos voltaram a funcionar plenamente, normalmente e mais: com qualidade e agilidade e sem distinção a qualquer cidadão, a não ser a de simples ordem de chegada, mesmo assim sem demora.

Aos serviços que a população já sabia existirem, foram adicionados novos, na Saúde, na Educação, na Assistência Social, na Agricultura e na Pesca, na Infraestrutura e Obras, na Iluminação Pública, em Água e Esgotos e na Limpeza Urbana (na verdade, Limpeza Pública, porque o serviço deu conta de todas as áreas geográficas do Município – urbana, rural e praias).

Nos serviços que já existiam, a população notou os enormes ganhos de escala (amplidão), frequência e regularidade.

O Município provou que, quando quer, pode e sabe dar conta da Segurança Pública, sem reclamar da ausência do Estado – muito contrário, formalizando parcerias com ele. Mas de um modo tão produtivo que a população, em todas as áreas geográficas do Município, reconquistou a sensação de estar segura.

A administração financeira do Município foi plenamente recuperada, e aqui deve abrir-se um parêntese, para melhor explicar:

1. Antes de tudo, assumimos, parcelamos e pagamos enormes dívidas do passado, junto à Previdência Social, à Receita Federal, à Justiça, a fornecedores e a servidores.
2. O saneamento das dívidas custou muito caro, porque além de comprometer finanças e energias da gestão, retardou a ampliação e melhora dos serviços públicos.
3. Mas o propósito estava certo e foi plenamente alcançado: o Município reconquistou a confiança e o necessário grau de segurança jurídica e financeira, os fornecedores passaram a competir fortemente pelos serviços, bens e obras contratados pelo Município, e os servidores reconquistaram o prazer de trabalhar e produzir, porque ambos, servidores e fornecedores, sentiram segurança jurídica e financeira nos negócios públicos do Município.
4. Os melhores sinais dessa empreitada são os próprios servidores e fornecedores: nenhuma folha de pessoal paga com atraso; nenhum fornecedor paralisando a prestação de seus serviços, nem por dívida e nem por qualquer outro motivo.

No turismo, levamos e elevamos o conceito de Maxaranguape em nível nacional e até internacional. Maxaranguape virou sinônimo de gestão responsável e sustentável do turismo. Poderíamos resumir numa frase: o turismo foi levado a sério, com profissionalização.

São marcos temporais e históricos, pelos seguintes motivos:

- ✓ A partir do que foi feito, em todas as áreas administrativas, exige-se muito mais do gestor, porque o cidadão-eleitor, com justa razão, desaprova o retorno à situação anterior, e exige mais qualidade no gasto e nos serviços públicos.

Estamos prontos, preparados e experientes para concluir desafios e assumir novos. Com o dever da sinceridade:

- ✓ Nos sentimos no direito de pedir a renovação do voto de confiança da população.
- ✓ Mas também no dever de continuar o trabalho, para aprimorar ainda mais os resultados e os indicadores de desempenho, e ao fim entregar uma cidade digna de si, de sua história e de ser conhecida pelo Brasil.

Continuando com nossos Princípios e Valores

Fazemos questão de exercitar a política a partir de valores e princípios muito sólidos, porque ao final da jornada o julgamento da população será bastante rigoroso, como deve ser.

Daí porque é importante, antes de explicitar os princípios que nos guiaram até aqui e nos guiarão na sequência da jornada, são como valores morais e pessoais, indispensáveis a todos os atos de quaisquer lideranças e autoridades da Administração Municipal.

Rogamos sempre que a população os tenha em mente, porque, quando agimos ou decidimos eles estão sempre presentes, e sem eles a Administração trilharia o caminho fácil do desastre, como já vimos acontecer. São eles: sinceridade, honestidade, justiça, transparência, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

- ✓ **Sinceridade** – comunicação com o público, e com as pessoas em geral, de maneira franca e sincera, para que nos julguem pela decisão e pela forma de decidir.
- ✓ **Honestidade** – separação precisa do bem público do privado, para melhor preservar o público; mas também honestidade intelectual – não se apropriar de opiniões e ideias que não sejam nossas.
- ✓ **Justiça** – dar à população a segurança de equilíbrio e moderação em todas as decisões, coibindo o benefício ou o prejuízo a pessoas ou grupos específicos.
- ✓ **Transparência** – sustentar todos os atos e decisões em justificativas consistentes, as quais franqueia à avaliação do público. E disso não abrimos mão.

- ✓ **Legalidade** – nenhum ato ou decisão sem sujeição aos padrões da lei e das normas legais, registrando tudo em processos administrativos públicos.
- ✓ **Impessoalidade** – a Administração só atua em benefício da coletividade, sendo-lhe coibindo agir em benefício dela mesma ou da pessoa do gestor.
- ✓ **Moralidade** – sujeição de todos os atos e decisões aos imperativos éticos, inclusive na forma em que eles sejam tratados na lei e nas normas administrativas.
- ✓ **Publicidade** – por demais importante, por ser a porta de acesso à Administração. Trata-se de dar publicidade a todos os atos e decisões, para que deles a população tome conhecimento e forme seu juízo de valor.
- ✓ **Eficiência** – exercício da Administração Pública com permanente avaliação dos seus resultados e do seu rendimento funcional.

A tarefa de cumprir com todos esses princípios (valores para nós), de fato não é fácil. E por isso mesmo que muitos espíritos fraquejados não dão conta da Administração Pública, caindo na desgraça funcional, quando não entregam resultados, ou mesmo na desgraça moral, quando não conseguem respeitar devidamente os bens que ao público pertencem.

Ou por outra, muitos espíritos empreendedores, que muito bem fariam à Administração Pública, dela se afastam, porque – não à toa – do seu gestor ela exige dedicação integral e exclusiva, inclusive na lei.

E assim deve ser, porque ao gestor público compete gerir recursos públicos (quer dizer: das pessoas em geral), de forma que os resultados de sua aplicação resultem sempre em benefícios e melhoras para a população, dando ainda a esta as condições de aferir.

Sequência às ferramentas e metodologias de gestão aprovadas pela população

Ao final de nossa experiência na gestão pública de Maxaranguape, a população disporá de uma Administração moderna e atendida com as práticas mais democráticas e consagradas pelos especialistas, dentre as quais destacamos:

- Conversão da palavra dada em obrigação assumida;
- Condução da gestão com objetividade e espírito democrático;
- Estabelecimento de metas e objetivos exequíveis, e dessa forma acessíveis ao acompanhamento da população, em todos os setores da Administração;
- Abertura de todos os órgãos da Administração a consultas e sugestões da população;
- Implementação, em todas as políticas públicas, de mecanismos de envolvimento e motivação dos servidores e dos beneficiários dessas políticas (quaisquer que sejam os grupos sociais e/ou setores produtivos da população);
- Administração das políticas públicas sem privilégios a pessoas, grupos, distritos, assentamentos ou bairros, a não ser quando se trate de ação específica para equiparar um desses segmentos aos demais;
- Adoção de mecanismos de monitorando e avaliação em todas as políticas públicas, e acessíveis à população;
- Detalhado planejamento de todas as ações, em todos os setores da Administração, de modo a fornecer elementos de averiguação à população;
- Imposição dos requisitos de eficiência e qualidade em todo gasto público, os quais implicam em obter *o máximo possível em resultados com o mínimo possível em recursos gastos*;
- Gestão de todos os atos administrativos públicos com estrito cumprimento dos padrões legais e éticos.
- Gestão das ações com estrita observância aos instrumentos de planejamento impostos pela lei, tais como o Plano Plurianual (PPA), que estabelece metas para cinco anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece metas e regras

para o Orçamento de cada ano; e a própria Lei Orçamentária Anual (LOA), que contém o Orçamento de cada ano e é o mais detalhado planejamento dos recursos públicos, posto que reflete as metas e diretrizes do PPA e da LDO.

- Gestão dos instrumentos legais de planejamento (PPA, LDO e LOA) com transparência e participação direta da população e dos representantes indiretos dela (os senhores vereadores).

Renovação de uma gestão de compromissos

- 1º. Monitoramento permanente das prioridades da população, para incorporá-las às da gestão.
- 2º. Respeito constante da gestão às demandas do servidor, do trabalhador em geral, dos jovens e da família maxaranguapense.
- 3º. Gestão dos recursos públicos com responsabilidade fiscal (despesas nos estritos limites das receitas) e transparência gerencial (abertura da contabilidade pública ao escrutínio da sociedade).
- 4º. Fortalecimento, incentivo e parcerias com o desenvolvimento da iniciativa privada, sobretudo com os empreendedores do mercado local, do micro aos de grande porte.
- 5º. Valorização dos empreendimentos locais nas contratações públicas, com o objetivo final muito claro: - geração de riquezas, ocupação e renda em nossa própria comunidade.

Passada essa primeira etapa da nossa gestão, marcada que foi pela (re)organização da Administração e dos serviços públicos municipais, é chegada a hora da tradução dos compromissos acima nas seguintes ações específicas:

1. Programas de qualificação e/ou capacitação, de forma sistemática e constante, pelo

próprio Município ou em colaboração com entidades parceiras, em benefício dos seguintes segmentos de nossa comunidade:

- 1.1. Servidor – no âmbito de sua área de atuação, com foco na melhor prestação dos serviços públicos à população e aos beneficiários em geral.
 - 1.2. Jovem trabalhador – respeitando as suas inclinações educacionais e profissionais, mas com atenção permanente na elevação dos índices de empregabilidade de nossos jovens, dentro ou fora dos limites do Município.]
 - 1.3. Artistas e artesãos – para agregar valor às atividades de quem já fez opção profissional, com o objetivo de elevar o seu conceito e a sua renda.
2. Programas de incentivo a empreendimentos privados característicos do Município, especialmente nas seguintes áreas, com ênfase aos de micro a médio porte:
- 2.1. No Turismo – ações educativas e de qualificação dos empreendimentos de todos os segmentos do setor, visando a atuação sincronizada em cadeia e o grau máximo de profissionalização de cada segmento.
 - 2.2. Na Agricultura e pesca – desenvolver as seguintes ações:
 - 2.2.1. Apoio técnico permanente aos vários segmentos da agricultura e da pesca, incluindo ações de qualificação e profissionalização;
 - 2.2.2. Disponibilização de implementos e suplementos básicos; e
 - 2.2.3. Priorização nas compras governamentais.
 - 2.2.4. Para a agricultura familiar – reserva de cota da alimentação escolar (merenda) para fortalecimento permanente do segmento.

Maxaranguape – exemplo de um jeito novo de governar

A população é prova e testemunha de que a Prefeitura enveredou, definitivamente, por uma nova forma de governar.

Nesse novo jeito, a população está sempre presente, e é sempre ouvida. E não estamos falando só da figura do Prefeito – este é um caso à parte.

Mas, primeiramente, da atuação da própria gestão: foi-se o tempo de secretários e autoridades municipais ausentes e atuando à distância e à revelia da população. O que a população aprovou foi algo exemplarmente novo: secretários e autoridades municipais cotidianamente acessíveis e abertos à população, sem distinção se na sede ou em campo, nos vários distritos e comunidades, tratando dos problemas locais como deve ser: *in loco*.

Certamente que a determinação do Prefeito, de se abrir e abrir as portas da Administração à população, impulsionou essa verdadeira revolução na forma de gerir os negócios públicos. Em pouco tempo o corpo técnico da Prefeitura percebeu que se fechar numa bolha administrativa seria o caminho mais curto para o fracasso. Felizmente, ocorreu justo como assumimos no processo eleitoral de 2016: uma gestão vibrante, marcada por debates e divergências, por sua vez motivados pelo sopro direto da população, para em seguida convergir num só objetivo: como otimizar a prestação dos serviços aos cidadãos.

Poderíamos teorizar, mas devemos resumir: foi posta em prática uma democracia verdadeira, e dificilmente a população aceite, daqui por diante, menos que isso. E obviamente não seremos nós a retroceder.

Algumas marcas dessa RENOVAÇÃO ADMINISTRATIVA, de tão relevantes, devem ser retidas na memória, e certamente repetidas e replicadas para todas as áreas do governo municipal:

1. Planejamento macro e estratégico da gestão.
2. Planejamento micro e rigoroso de cada programa, projeto ou ação de governo.
3. Controle detalhado das etapas e metas de cada programa, projeto e ação de governo.
4. Controle Interno das Contas Públicas – apostamos nisso, demos vida e fortalecemos a Controladoria Geral do Município (CGM), com atuação consistente e autônoma, que

resultou na melhor instrução dos processos administrativos e no melhor atendimento às demandas dos órgãos de controle externo, sejam do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado ou do Ministério Público.

5. Saneamento das contas públicas – foi o passo mais doloroso, porque retardou e comprometeu a implementação dos projetos pactuados com a população na eleição de 2016. Porém necessário. De uma forma consolidada, pactuamos dívidas na ordem de R\$ 8 milhões, com a Previdência Social, a Receita Federal e diversas condenações do Poder Judiciário, através de vultosas ordens de Precatórios ou de inúmeros Registros de Pequeno Valor (RPV – processos judiciais abaixo de R\$ 10 mil). Pior: tudo isso logo na largada da gestão, com o Tesouro Municipal praticamente a descoberto. Quer dizer: comprometendo receitas futuras. Mas é algo de que nos orgulhamos muito, porque entregaremos uma Administração Pública com capacidade de investir nas ações que de fato importam à população.
6. Transparência – simplesmente preenchemos uma lamentável lacuna na Administração Pública de Maxaranguape, e colocamos em funcionamento o Portal de Transparência do Município, aonde a população pode acompanhar a aplicação dos seus recursos.
7. Austeridade – o total do dinheiro público sempre aplicado com processo, mediante justificativa consistente, com benefício à população e (mais importante) com estrita obediência aos limites orçamentários e financeiros.
8. Combate aos desperdícios – em todas as áreas, foram obedecidas ordens expressas (e permanentes) de uso moderado e justificado dos bens públicos, resultando na economia de recursos e no fim da criminosa prática de usufruto dos bens públicos por servidores.
9. Tal como pactuado na eleição de 2016, promovemos a revisão de contratos, de sorte a reduzir os dispêndios públicos ao estritamente necessário, e assim segue.
10. Na gestão do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgotos), operamos nada menos que uma revolução. Resgatamo-lo da escuridão, sepultando o tempo em que ele operava na informalidade. Implantamos o orçamento autônomo do SAAE, com o registro legal de suas receitas e despesas, porque isso o forçou a, pela primeira vez,

apresentar prestações de contas ao Tribunal de Contas.

11. A mesma onda de transparência no SAAE chegou à gestão tributária. Insistimos na modernização da Secretaria de Tributação, com implementação de sistemas de cálculo, emissão e arrecadação dos tributos municipais, que passaram a ser recolhidos exclusivamente via bancos, para deixar tudo registrado e evitar o mal uso do dinheiro em espécie.
12. Informatização – era raro o setor da Prefeitura devidamente informatizado; é raro agora o setor da Prefeitura não completamente informatizado. Isso representa enormes ganhos à população: agilidade em suas solicitações, economia de recursos e registro de todos os atos administrativos.
13. Licitações – cremos que, pela primeira vez, a população entendeu a importância das licitações. Nenhuma despesa pública foi executada sem processo de contratação, e nenhum processo de contratação, conforme exigia a legislação, foi finalizado sem o devido procedimento licitatório. Com um diferencial a mais: ampla divulgação das licitações, e estas abertas ao público.
14. Projeto Prefeitura no Bairro – plenamente executado, com a presença constante do prefeito, da vice-prefeita e dos secretários despachando e se reunindo diretamente com a população, em todas as áreas do Município.

PARTE II

CONTINUAR E FAZER MAIS (POR ÁREA)

→ *Um relato do que já é feito e do que virá (por área)*

AGRICULTURA & PECUÁRIA

Como tem sido

Direto ao ponto: segundo os dados do IBGE, houve sensível melhora na economia de Maxaranguape – e considerando apenas o comparativo entre o último ano da gestão anterior (2016) e o segundo ano da atual gestão (2018), do qual já há alguns dados oficiais consolidados e disponíveis.

Vê-se (abaixo) que em 2016 eram 830 pessoas ocupadas (722 delas com carteira assinada). Em 2018, já eram 1.145 pessoas ocupadas, sendo que 1.016 com carteira assinada. Pode-se dizer, tranquilamente, que em apenas dois anos foram adicionadas 300 vagas de emprego formal em Maxaranguape. E a nova gestão tem muito a ver com isso, pela injeção de ânimo e energia empreendedora que promoveu, e que se reflete claramente nas produções agrícola e pecuária.

INDICADOR	2016	2018
Pessoal ocupado	830	1145
Pessoal ocupado e assalariado	722	1016
Salário médio mensal	1.5 Sal. Mín.	1.6 Sal. Mín.
Total de salários e outras remunerações	18.050.000,00	25.059.000,00
Fonte: cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/maxaranguape		

Mas, do quadro acima, ainda mais relevante é verificar que em 2018 circularam, nas mãos de trabalhadores de Maxaranguape, R\$ 25 milhões a título “salários e outras remunerações”. Portanto, R\$ 7 milhões a mais que em 2016. (Que registrou R\$ 18 milhões).

Satisfação enorme em divulgar esses números, porque revelam o quanto estávamos certos na campanha de 2016, quando alertávamos para esse potencial, e o quanto está certa a atual gestão, ao privilegiar em seus atos a economia local.

Alguns outros números, do mesmo IBGE, ajudam a entender essa injeção de ânimo na

população. Na criação de galináceos, por exemplo: em 2016, o IBGE contabilizou um rebanho total de 3.500 cabeças; em 2018, um total de 4.320 (oitocentas a mais).

Na produção de bananas, em 2016 foram 1.946 toneladas; em 2018, um total de 5.300 toneladas. Outros números da produção agrícola podem ser vistos abaixo – e todos seguem na mesma direção: ânimo para produzir.

AGRICULTURA - LAVOURA PERMANENTE			
PRODUTO	2016	2018	UNIDADE
Banana (cacho) – quant. Produzida:	1946	5300	toneladas
Coco da baía – quant. Produzida:	405	3375	frutos
Goiaba – quant. Produzida:	50	600	toneladas
Manga – quant. produzida	72	105	toneladas
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2019 (ref. 2018)			

E continua a mesma toada na agricultura classificada como “lavoura temporária”:

AGRICULTURA - LAVOURA TEMPORÁRIA			
PRODUTO	2016	2018	UNIDADE
Batata doce – quant. produzida:	225	700	t
Cana de açúcar – quant. produzida:	Não há dados	26000	t
Feijão – grãos – quant. produzida:	25	30	t
Mandioca – quant. produzida:	405	1400	t
Milho – grãos – quant. produzida:	80	24	t
Fonte: IBGE 2019 - Produção Agrícola Municipal (ref. 2018)			

Importante ressaltar que, de 2016 para 2018, não houve mudança significativa na nossa população – em verdade, segundo o IBGE, essas mudanças ocorrem entre 2010 e 2019:

POULAÇÃO	2010 (CENSO 2010)	2019 (*ESTIMATIVA DO IBGE)
	10.441 residentes	12.371 residentes
Fonte: IBGE Cidades		

Certamente, muito desse vigor tem a ver com o crescimento do comércio. Infelizmente, o IBGE ainda não divulgou (oficialmente) os dados da Pesquisa Anual do Comércio de 2016 para cá (não a de Maxaranguape). Entretanto, é bastante seguro concluir pelo seguinte encadeamento lógico: mais dinheiro circulando nas mãos dos tratadadores (conferir, acima) puxou o crescimento do comércio em geral, que por sua vez

demandou uma maior produção agrícola.

Mais seguro ainda é concluir que houve um ganho significativo para a Agricultura Familiar – a grande responsável pela produção dos gêneros alimentícios acima. Com um detalhe: em Maxaranguape, boa parte dessa produção agrícola provém dos assentamentos rurais. O que também nos enche de satisfação, por estarmos ajudando, direta ou indiretamente, quem trabalha de sol-a-sol.

Mas, uma pergunta é pertinente:

✓ *O que foi feito para proporcionar tanto?*

Então, as respostas:

1. Foi providenciada a sede própria da Secretaria Municipal de Agricultura – justamente no centro geográfico e rural do Município, no distrito rural de Dom Marcolino. Isso é importante, porque facilitou o acesso do produtor à assistência e orientação técnicas, e em caráter permanente.
2. Foi feito o recadastramento de todos os criadores do Município – e como ação intermitente, em função do controle sanitário e da segurança alimentar.
3. Da mesma forma, foi feito o cadastro geral dos agricultores – incluindo a regularização da situação documental, para fins de acesso a políticas públicas diversas e a linhas de crédito agrícolas.
 - 3.1. Essa regularização possibilitou, por exemplo, o acesso de nossos agricultores ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, através do qual o Governo Federal compra parte da produção agrícola e doa a instituições que cuidam da população mais vulnerável (no caso de Maxaranguape, o CRAS). A mesma coisa aconteceu com a EMATER, em nível estadual.
4. Ações de motivação à produção agrícola:

- 4.1. Corte de terra – foi providenciado para todos os agricultores cadastrados, com máquinas e operadores disponibilizados pelo Município.
- 4.2. Forte distribuição de sementes e mudas de fruteiras – para renovação do plantio e aumento da produtividade.
- 4.3. Capacitação e orientação técnica – na introdução à inseminação artificial do rebanho bovino, em convênio com o SEBRAE e BNB; e na introdução de novas variedades frutíferas, aumentando a capacidade de produção dos pomares (essas duas ações potencializaram o aumento da produtividade agrícola e pecuária).
5. Em cooperação técnica com o INCRA, em este sendo responsável por 50% dos agricultores do Município (o pessoal dos assentamentos), foi possibilitado o acesso desse universo de produtores às linhas de crédito do próprio INCRA.
6. Comercialização – foi potencializada e depois ampliada a participação da Agricultura Familiar nas compras governamentais do Município.
7. MERCADO DO PRODUTOR – construção de 13 box, para operação já partir de 2020, comerciando a produção agrícola de Maxaranguape (essa iniciativa deu motivo e segurança aos empreendedores locais, resultando em maiores investimentos).
8. Foi formalizada a parceria com o BNB, para qualificação e inserção do Município no PRODETER (Programa de Desenvolvimento Territorial Rural), que qualificou o agricultor para acesso a linhas de crédito e à cadeia produtiva de três segmentos da fruticultura no território do Mato Grande (RN): banana, coco e caju – período: 2020-2024. Importante: o Município conquistou a coordenação desse território. Essa cadeia produtiva envolve não apenas a comercialização dos produtos, mas também várias etapas relacionadas a eles. Exemplos: produção de matéria orgânica, pelo rebanho bovino, para adubação; atração da agroindústria em função do aumento de produção, agregando valor a essa produção.

Como será

Estamos no caminho certo. Portanto, não há mudança de rota a fazer. Mas certamente mais estímulos podem ser operados. Por exemplo:

1. Criar a nossa própria pesquisa da economia local (envolvendo comércio, serviços e turismo), buscando parcerias com o SEBRAE, a FECOMÉRCIO e universidades – para termos dados e informações precisas sobre nosso desenvolvimento econômico, uma vez que o radar dos grandes institutos de pesquisa, por razões óbvias, alcança mais as capitais e os maiores municípios.
2. Mapear e zonear a nossa produção agrícola e pecuária, para podermos agir com mais precisão sobre os segmentos que mais necessitam de incentivo do Poder Público.
3. Criar cursos e oficinas de capacitação dos pequenos empreendimentos locais, para que o Poder Público possa lhes apoiar com mais força – uma das grandes deficiências observadas nesse período foi a baixa regularização desses empreendimentos. Embora legais, a maioria não atende à série de exigências para contratar com o Poder Público. Logo, muitos estão deixando de ampliar receitas – e o Município, a arrecadação. (É o típico investimento “ganha-ganha” – em que todos ganham).
4. Uma vez ampliadas a formalização, a regularização e a qualificação dos nossos empreendedores, vamos intensificar os incentivos a eles nas compras governamentais – inclusive, remetendo legislação específica à Câmara Municipal, compatibilizando os nossos incentivos à legislação nacional, para não incorrerem em ilegalidades em matéria de licitação.
5. Promover ação articulada com os órgãos estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura, bem como entidades privadas, para limpeza da calha do Rio Maxaranguape e assim possibilitar a drenagem natural dos terrenos agricultáveis.
6. Para a Agricultura Familiar, e dada a importância da produção dela para a mesa do trabalhador, e considerando ainda que a mesma já dispõe de vários incentivos na

legislação nacional, podemos e vamos ampliar ainda mais os incentivos a ela, da seguinte forma:

- 6.1. Cursos e oficinas de capacitação – na qualidade da produção, na formação de preços e na competitividade do mercado (inclusive internacional);
- 6.2. Fomentar a organização associativa do setor, inclusive na forma de cooperativas, para que reúnam mais condições de investimento;
- 6.3. Instituir um serviço municipal de assistência técnica ao pequeno produtor rural – para orientações permanentes, sobre o uso das melhores técnicas, insumos e implementos, com vistas ao aumento da produtividade;
- 6.4. Criar um fundo municipal de assistência técnica ao pequeno produtor rural – para auxílios financeiros à adoção de técnicas mais produtivas e sustentáveis (esse fundo será gerido por representantes dos produtores, da sociedade em geral e do Poder Público, e poderá ser composto por uma parte da receita tributária gerada pelo aumento da produtividade do setor, por alguma contribuição de melhoria pactuada com os próprios produtores e por contribuições de terceiros interessados na melhoria do setor.

TURISMO

Não há como tratar de Turismo, em Maxaranguape, sem tratar de duas dimensões, ambas essenciais: 1 – Do tempo: falando de passado, presente e futuro; e 2 – Da integração: para nós, Turismo não pode ser desconectado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Econômico. Vamos por partes.

Primeira. Do ponto de vista temporal, a população já sabe distinguir muito bem duas eras:

- 1.1. No passado, o Turismo era só um detalhe, entregue à própria sorte e sobrevivendo graças às belezas naturais do Município – a Natureza ajudando o Município com suas lagoas, praias, falésias, ventos e dunas, e contando com uma heroica contribuição da população.

- 1.2. No presente, a população enxergou na Prefeitura uma grande parceira nessa jornada, porque ambas as partes entenderam e abraçaram o Turismo como vocação econômica. Graças a isso, a Prefeitura só pôde fazer a mais ampla divulgação (jamais vista em nossa história) dos bens e dotes turísticos do Município, em escala regional, nacional e acima de tudo internacional, porque contou com o incentivo da população para incluirmos Maxaranguape nos circuitos turísticos internacionais e para prosseguirmos nas obras planejadas de valorização dos nossos bens naturais e turísticos, dentre as quais podemos destacar:
 - 1.2.1. Revitalização da Árvore do Amor;
 - 1.2.2. Obras de drenagem e pavimentação em várias ruas das praias de Caraúbas e Maracajaú;
 - 1.2.3. Renovação e ampliação da iluminação pública, e de forma adequada ao Turismo, em todas as direções de Cararaúbas, Maracajaú e Barra de Maxaranguape;
 - 1.2.4. Regularização e padronização da limpeza pública nas mesmas praças turísticas;
 - 1.2.5. Tudo somado, agregando valor jamais visto aos bens turísticos típicos do Município.
- 1.3. Para o futuro, já pactuamos com a população a ampliação das obras de revitalização e de nova valoração do nosso patrimônio turístico, dentre as quais devem ser destacadas:
 - 1.3.1. Estruturação de terminais turísticos em nossos principais destinos, dotados de quiosques ou box para sortir o turista de informações e histórias do lugar, fazendo-o se conectar com nossa gente e nossa cultura;
 - 1.3.2. Para além da recuperação e revitalização (já feitas) Árvore do Amor, estruturação do entorno e do mirante dela, igualmente para agregar valor (paisagístico e cultural, não monetário) ao local;
 - 1.3.3. E continuação e ampliação do arco de ruas e praças de Barra de Maxaranguape, Caraúbas e Maracajaú a recebem obras de drenagem, pavimentação e iluminação, preparando ainda mais o Município para lidar com um futuro de maior demanda por suas praias e belezas naturais.

Segunda. Do ponto de vista da INTEGRAÇÃO. Como dissemos, para nós o Turismo não é um fim em si – ele é um meio, um poderoso meio para o desenvolvimento econômico e social de nossa gente. E nem muito menos é um corpo solitário e desgarrado – muito pelo contrário, o Turismo está plenamente integrado ao planejamento de crescimento econômico do Município e de evolução social de sua população. Deste conceito resultam as importantes ações que (embora algumas já iniciadas) demandam continuação e ampliação, dentre as quais merecem destaque:

- 2.1. Divulgação dos nossos destinos turísticos – foi dada a largada inicial, com a participação de Maxaranguape em importantes eventos regionais e nacionais e, na escala internacional, alguns regulares da Europa, como em Portugal, Espanha e Holanda. Tudo de forma inédita, é verdade. Mas também é verdade que a ação pode e deve ser ampliada, levando Maxaranguape a mais regiões do Brasil e do mundo, tanto através de FEIRAS DE TURISMO como de PLATAFORMAS DIGITAIS e REDES SOCIAIS
- 2.2. Construção de terminais turísticos em áreas públicas – para melhor recepcionar, acolher e atender o visitante, ...
- 2.3. Recuperação, reforma e revitalização (e ampliação) dos quiosques com fins comerciais em todas as nossas praias, envolvendo os mesmos em padrões visuais, artísticos e de conservação essenciais ao conceito de melhor atender ao turista.
- 2.4. Árvore do Amor – quando falamos em continuação da revitalização desse importante bem natural integrado à nossa cadeia turística, em verdade prevalece o que pactuamos com a população: dotar o seu entorno de iluminação pública que o destaque à noite e de infraestrutura básica para estacionamento e descanso do turista.
- 2.5. Segurança, limpeza e iluminação – apesar de serem serviços já prestados com destreza pelo Município, convém lembrar que os mesmos continuarão a ser concebidos e executados em função da nossa vocação turística e em conformidade com o planejamento de desenvolvimento econômico e social.
- 2.6. Praça de Eventos de Barra de Maxaranguape – certamente, uma das principais novidades (não a única) já para o início da própria gestão. Não à toa, a obra já foi devidamente concebida e projetada e já está em processo de licitação.
- 2.7. Turismo Rural – outra boa novidade será o desenvolvimento do turismo rural, e nele certamente se enquadrarão obras e intervenções do tipo (em parceria com entidades privadas ou de outras esferas do Poder Público, conforme cada caso):
 - 2.7.1. Nas lagoas, melhoria dos acessos, estacionamento nas proximidades e sistemas de controle de acesso e impacto (de veículos e de pessoas);
 - 2.7.2. Nas comunidades rurais com inclinação natural para essa modalidade do turismo, dotação da infraestrutura básica, com abertura e manutenção adequada de vias de acesso e, sobretudo, mapeamento e divulgação de áreas passíveis empreendimentos ou equipamentos turísticos, inclusive com incentivo fiscal do Município.
- 2.8. Profissionalização da cadeia turística – certamente o maior desafio, nem tanto financeiro, posto que de baixo custo operacional, e ainda passível de formalização de parcerias com entidades privadas e públicas. Mas porque envolve a mudança de padrões culturais de comportamento. Entretanto, necessária e inadiável, pelas seguintes razões:
 - 2.8.1. Todos os elos de nossa cadeia turística (comerciantes, prestadores de serviços e guias, e seus respectivos colaboradores), não importa o porte

ou a sua posição na cadeia, precisam e devem agir com profissionalismo, seja na prestação dos seus serviços ou na precificação justa de seus preços, em conformidade com seu labor e arte. Está provado que o turista aprecia e respeita o lugar quando não apenas é bem recebido, mas é respeitado em seus padrões de exigência. Portanto, se trata de agregar qualidade e valor aos nossos serviços turísticos. E, como já dissemos, existem diversas experiências e parcerias possíveis. Precisamos porém sensibilizar e motivar a população para uma obra que, apesar de imaterial, tem o potencial de alavancar o nosso turismo e gerar bem mais emprego e renda.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Na próxima gestão, vamos nos desdobrar, para também dar conta (nos detalhes que seguem, porque indiretamente e em linhas gerais já o fazemos) de outra dimensão muito importante para o crescimento da economia de Maxaranguape: estamos falando de trabalho, emprego e renda.

Política de emprego e Intermediação de Mão de Obra (IMO)

Buscar a formalização e uma parceria com a Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, para implantar, no próprio Município, um departamento com acesso ao Sistema Público de Emprego. Esse sistema administra um vasto banco de dados de vagas de emprego em todos os setores, em todo o Brasil.

As faces mais visíveis desse serviço são o SINE (Sistema Nacional de Emprego), gerido localmente pelos estados, e o SPE (Sistema Público de Emprego), gerido localmente pelos maiores Municípios. Esses dois sistemas usam um só banco de dados de vagas de emprego. Ambos executam, portanto, a chamada IMO (Intermediação de Mão de Obra) – vantagem para a empresa, porque o Poder Público faz a pré-seleção, e para o candidato, porque já sabe ali, na sua frente, todas as condições e requisitos para conquistar aquela vaga.

Sabidamente, nosso Município não se enquadra nas condições para administrar um SINE ou um SPE, mas pode perfeitamente se conectar a um SINE ou um SPE. E valerá a pena o esforço, porque evitaremos que os nossos jovens, bem como os profissionais eventualmente desempregados, se desloquem distâncias enormes e sem sentido, apenas para se candidatar a uma determinada vaga.

O conceito da IMO é muito importante, e será implementado – pelo menos na forma de Agência de Emprego, para pesquisar e divulgar vagas e das condições para preenchê-las, e ainda informar ao Município em que áreas mais atuar, nas ações de qualificação e capacitação.

Política Municipal de Qualificação e Capacitação... Para o Emprego!

Mas iremos mais adiante. Com a Política Municipal de Capacitação para o Emprego. Conhecendo as vagas e as condições, vamos disponibilizar cursos e oficinas rápidas de qualificação para as condições mais exigidas. E estamos falando de uma coisa bastante provável.

Porque nossa Política Municipal de Capacitação ao Emprego será desenvolvida em parceria com as entidades do Sistema “S” (SESI e SENAI na área da indústria; SESC e SENAC em comércio e serviços; SEST e SENAT na área de transportes; e SENAR na área de aprendizado rural), que têm larga experiência e abaixam os custos dos cursos ministrados em parceria com os Municípios – por uma razão muito simples: boa parte dos custos ficará a cargo do Município.

Além do Sistema “S”, vamos recorrer ao auxílio do IFRN e das Universidades, públicas e privadas, para aproveitar uma necessidade dessas instituições educacionais, que é prover experiências de extensão universitária para seus educandos. E muitas dessas extensões podem ocorrer na área de qualificação e capacitação da mão de obra local. Tudo vai depender das condições oferecidas pelo Município. E nós estamos decididos a aumentar os índices de qualificação e emprego de nossa força produtiva.

Outra política bastante factível é a atração de escolas técnicas e profissionais de nível médio para atuarem no Município. Como? Basta conceder algum incentivo fiscal (redução de impostos) e até disponibilizar salas de prédios municipais para esses cursos e aulas.

Política de intermediação de financiamento

Sem muito dispêndio, o Município pode muito bem atuar na intermediação de financiamentos para o pequeno empreendedor. Não como garantidor, que para isso não temos condições e nem autorização das autoridades monetárias. Então, o que faremos:

1. Receber subsídios dos agentes financeiros (bancos) quanto às melhores linhas de crédito;
2. Em parceria com SEBRAE, orientar, treinar e qualificar os nossos pequenos empreendedores para se candidatar com êxito aos financiamentos.

Política de incentivo à Economia Solidária

Mas, e o que é Economia Solidária? O SEBRAE já conhece muito bem, e com ele já temos parcerias. Vamos lá.

Economia Solidária ocorre quando diversos produtores, de uma mesma área de atuação, se unem para pagar menos aos fornecedores de seus suprimentos; para conseguir melhores preços para seus produtos; para desenvolver as melhores técnicas de produção (a custos baixos para todos); e até para pagar menos impostos.

O SEBRAE já incentiva bastante a Economia Solidária pelo interior do RN. Só que chama de “Arranjos Produtivos Locais. Isso pouco importa para nós. O que vai importar mesmo é o seguinte:

1. Vamos incentivar, treinar e fomentar, fortemente, a formação de grupos de produtores, para que seus produtos ou serviços ganhem em qualidade e margem de lucro (às vezes, até abaixando o preço para o consumidor, desde que aprenda a reduzir e controlar custos);
2. Vamos ajudar aos produtores que passem pelo nosso sistema de trabalho, emprego e renda a conquistarem mercados, inclusive fora de Maxaranguape.

Política de artesanato

Também sem muito dispêndio, podemos qualificar a nossa produção artesã. De novo, através de parcerias com universidades, SEBRAE, Sistema “S” e muitas empresas de qualificação, podemos e vamos incentivar cursos e oficinas de qualificação do artesanato, de acordo com as tipologias predominantes em Maxaranguape. Ao final, e apesar do baixo custo dessa política, os ganhos serão enormes:

1. Produtos mais bem elaborados;
2. Redução dos custos de produção;
3. Aumento das margens de lucro – pela redução dos custos;
4. Produtos mais competitivos – inclusive, mais compatíveis ao mercado internacional (isso mesmo, estamos tratando de exportação).

SEGURANÇA PÚBLICA

Como tem sido

Nos últimos anos, a criminalidade e a violência migraram dos grandes centros para o interior do estado. Por uma razão muito simples: nos grandes centros urbanos, o policiamento é mais ostensivo; no interior, teoricamente mais frouxo.

E Maxaranguape foi vítima dessa interiorização. Por duas peculiaridades. A população de Maxaranguape é desconcentrada em seu vasto território, nos vários distritos, o que facilita a fuga e o esconderijo da criminalidade. Por outra, as praias de Maxaranguape são fortes destinos turísticos, que por sua vez atraem a criminalidade, sobretudo a dedicada ao tráfico de drogas ilícitas. E de uma coisa já sabíamos: aonde a droga vai, a arma vai atrás.

Mas a criminalidade esbarrou em uma Administração determinada a lhe repelir e reprimir. Montamos forte estrutura de vigilância comunitária, circulante em todos os distritos e praias, e de repressão.

Com forte parceria e colaboração da Polícia Militar do RN, estamos sempre presentes aonde o crime dá as caras. E pagamos um alto preço por isso, inclusive do ponto de vista da nossa liberdade de ir-e-vir.

Essas ações de policiamento ostensivo foram largamente ajudadas por outras que talvez a população não perceba como importantes para a segurança pública, mas são:

- a) Iluminação Pública – atualização de toda a iluminação pública de Município, em toda a sua extensão, para luzes mais claras e intensas; eliminamos os pontos escuros, com a instalação de postes onde era preciso, principalmente nas cercanias de terrenos baldios e áreas de pouco movimento;
- b) Limpeza Pública – urbanização dos terrenos baldios, eliminando lixões e iluminando-os (deixaram de ser refúgios atraentes para praticantes de crimes);
- c) Educação – funcionamento pleno e convidativo das escolas municipais, incluindo reformas, alimentação escolar substancial e duplicada, presença garantida dos professores em todos os dias letivos– tudo isso contribuiu para a permanência dos jovens nas escolas, evitando que fossem capturados por companhias e atividades ilícitas.

E os resultados começam a aparecer nas estatísticas oficiais. Os dados ainda são poucos, porque os órgãos de segurança demoram a enxergar e contabilizar o que se passa nas pequenas cidades. Porém, de acordo com os dados do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, disponíveis no SINESP (Sistema Nacional de Informações em

Segurança Pública), a taxa de homicídios dolosos (intencionais) caiu em Maxaranguape. Variava na média de 2,5 por ano, chegando a 5 em 2018, *mas em 2019 não se registrou nenhuma ocorrência.*

Como será

Continuaremos fortemente determinados na pegada da criminalidade, com os firmes propósitos de:

- ✓ Reduzir ainda mais todos os índices oficiais de criminalidade e violência;
- ✓ Ampliar a perseguição e o bloqueio da ação do tráfico (de drogas e de armas);
- ✓ Insistir na diminuição das ocorrências de furto, roubo e assalto – para que aquilo que a população já sente seja percebido também pelas estatísticas oficiais;
- ✓ Ampliar ainda mais a percepção de conforto, segurança e confiança da população.

Para tanto, vamos reforçar e otimizar o sistema de segurança implantado no primeiro mandato. Ele já deu ótimos resultados, mas carece de aperfeiçoamento e alargamento. E como isso será feito?

Primeiro: organizando a Guarda Municipal – a presença de homens fardados cuidando de prédios e bens públicos (como praças) e dos seus entornos, e circulando nas ruas das áreas urbanas, é suficiente para inibir a ação criminosas e aumentar a segurança da população, dando folga para que sejamos mais ostensivos com o policiamento nos distritos e áreas rurais.

Segundo: sistema de vigilância por câmeras pelo menos nas principais ruas de comércio, na sede e nas praias, para inibir e diminuir as ocorrências de furto e roubo e também permitir maior ostensividade policial nos distritos e áreas rurais.

Terceiro: instituição e organização, junto com a população, da Vigilância Comunitária Cidadã, instruindo a própria população a exercer a vigilância em mutirão, disponibilizando canais e contatos oficiais para comunicação imediata de atividades criminosas ou suspeitas de crime. *Está comprovado: a criminalidade se retrai

quando sabe que a comunidade está preparada para agir coletivamente.

Quarto: fortalecer a parceria com a Polícia Militar, inclusive com o socorro do governo do estado, para ampliar os efetivos à nossa disposição, e fazê-los mais constantes nos distritos e áreas rurais.

Quinto: Cultura e Paz – serão mobilizados vários órgãos municipais (Saúde, Educação, Assistência Social), na organização de múltiplos eventos com jovens e com a família, incluindo diversas atividades culturais e desportivas, para disseminação de informações e experiências comunitárias de convivência harmoniosa e cidadã, com auxílio da Polícia Militar, do Ministério Público e do Poder Judiciário. O objetivo final é a criação de ao menos um Centro Municipal de Cultural e Paz, no qual os jovens disponham de várias opções ocupação e aprendizado, com cursos de música, dança, filmografia e artesanato e treinamentos em várias modalidades esportivas.

Sexto: convocar a população a nos ajudar na elaboração do Mapa da Violência Local, o qual servirá para o Município elaborar o seu Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência, e com ele buscar formas de financiamento de suas ações, junto a órgãos estaduais, nacionais e internacionais (se preciso for).

INFRAESTRUTURA, OBRAS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Uma cidade enfim iluminada

Fosse só a expansão da rede de postes, já era muito. Mas fizemos muito mais: nenhuma rua, nenhuma comunidade rural sem iluminação pública. E mais – com qualidade:

- ✓ Troca de todas as luminárias, para mais claras e resistentes;

- ✓ Troca e atualização de muita rede elétrica defasada.
- ✓ Instalação de novas redes elétricas, com capacidade para maiores tensão e carga.

Enfim, uma entrada digna da cidade

A entrada da cidade, tal como prometida, está pronta e linda, e até melhor que a ideia original. Custeada só com recursos próprios.

A melhor forma de resumir o muito que foi feito nessa área é assim – considerando todas as partes integrantes do Município (distritos, praias e assentamentos):

1. Mutirões de limpeza em: Santa Ana, São Lourenço, Nova Vida, Vale Verde e Dom Marcolino.
2. Melhoria com ampliação da iluminação pública em: Dom Marcolino, Maracajaú, Caraúbas, São José e Barra de Maxaranguape.
3. Melhoria dos acessos às plantações agrícolas em: Santa Ana, Nova Vida e Vale Verde.
4. Recuperação, reforma e melhorias nas Unidades de Saúde de: Santa Ana, Nova Vida, Dom Marcolino, Novo Horizonte, Caraúbas e Barra (UBS Central e Do Quilombo)
5. Implantação de Academias Públicas em: Dom Marcolino, Maracajaú, Caraúbas e Barra.
6. Recuperação, reforma e melhorias nas creches de: Nova Vida e Maracajaú.
7. Recuperação e reforma das quadras esportivas de: Dom Marcolino e Novo Horizonte.
8. Recuperação, reforma e melhorias nas escolas de: Dom Marcolino, Maracajaú (duas escolas), Caraúbas, São José e Barra (duas escolas).
9. Recuperação e revitalização de trechos da pavimentação em: Maracajaú (algumas ruas mais o Conjunto Vila Nova), Caraúbas (via principal, de ligação a Maracajaú) e Barra (várias ruas).
10. Recuperação e melhorias nos cemitérios de: Santa Ana e Maracajaú.

11. Construção ou reforma de praças em: Maracajaú e Caraúbas (com novo quiosque).
12. Obras de drenagem em Caraúbas (via principal, de ligação a Maracajaú, com várias ruas paralelas, mais o Beco de Lêria); Barra (próximo ao rio); e Maracajaú (várias vias, incluindo o Conjunto São Luiz).
13. Recuperação e revitalização de campo de futebol em: Santa Ana, Caraúbas e Barra.
14. Reforma e melhorias nos prédios do CRAS de: Dom Marcolino e Barra.

Além disso, é de se destacar:

EM NOVA VIDA:

- Construção de duas passagens molhadas para escoamento da produção de frutas.

EM DOM MARCOLINO:

- Recuperação e revitalização da Secretaria de Agricultura
- Construção do calçadão
- Construção do mercado do produtor rural

EM MARACAJAÚ:

- Construção do ponto de venda de passeios turísticos
- Construção dos pórticos e quiosques turísticos
- Construção do marco turístico (nome Maracajaú e mergulhador)

EM CARAÚBAS:

- Revitalização da pintura da Igreja

EM BARRA DE MAXARANGUAPE:

- Construções: do pórtico de entrada na cidade e da escada de acesso principal à praia
- Reformas: da escola de música; do Conselho Municipal dos Idosos; da Secretaria de Saúde; do Centro de Velório; do Mercado Público; do calçadão e quiosques da orla; da sede do Pelotão da PM;

- Recuperação da estrutura metálica do ginásio

Algumas dessas obras serão concluídas no próximo ano, porque o tempo da engenharia e da burocracia não acompanha o mesmo ritmo da gestão.

Mas várias serão iniciadas – e certamente concluídas dentro do tempo da própria gestão:

Construção da Praça de Esportes de Barra de Maxaranguape (sede do Município), incluindo os seguintes equipamentos:

- ✓ quadra poliesportiva – com arquibancada e vestiário
- ✓ campo de futebol society – com grama sintética e alambrado
- ✓ campo de futebol de areia – com alambrado
- ✓ duas quadras de vôlei de praia
- ✓ duas quadras de futevôlei

EDUCAÇÃO

Breve diagnóstico – melhor: comparativo

O nosso Município dispõe de 16 unidades para a Educação Básica. Como sabem todos, a Educação Básica é de competência constitucional do Município. Quer dizer o seguinte: a iniciativa privada, o governo estadual e o governo federal, se quiserem, podem oferecer a Educação Básica em qualquer Município; porém, se nenhum desses entes oferecer, o Município tem que dar conta desse recado sozinho.

Explicando a Educação Básica – começa com a Creche, para crianças de 0 a 3 anos de idade; passa pela Pré-Escola, para crianças de 4 a 6 anos de idade; e termina com o Ensino Fundamental, para crianças/adolescentes dos 6 aos 15 anos de idade. O

Ensino Fundamental é composto de 9 séries – do 1º ao 9º ano.

Duas informações ainda importantes: o Município tem que disponibilizar vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para que as pessoas fora de faixa e fora da escola possam concluir o seu Ensino Fundamental, e na Educação Especial, para alunos com necessidades especiais, sejam físicas ou psíquicas – sendo que, no caso da Educação Especial, essas crianças não podem ser segregadas, têm que estudar com as demais, só que acompanhadas de profissionais especializados.

Como não temos condições de nos intrometer nas escolas desses outros entes, resta-nos comparar conosco mesmo. Como assim? – Comparar a própria rede municipal em períodos distintos.

É o que faremos. Mas atenção: poderíamos comparar os dados de 2018 (último ano devidamente consolidado, nas estatísticas do IBGE e do Ministério da Educação) com os dados de qualquer ano lá atrás – 2014, por exemplo. Mas não seria justo, porque as condições de 2014 são bem distintas das de 2018.

Então, como faremos? Vamos comparar 2018, já sob nossa responsabilidade, com 2016, que foi o último ano da gestão passada. Parece-nos justo. Porque: quando assumimos a gestão, a calamidade financeira foi aquela já demonstrada neste documento. E todos hão de concordar que as dificuldades financeiras de 2017, que foi o nosso 1º ano de gestão, influenciaram negativa o desempenho de 2018. Porém, não tanto assim, e este é ponto – porque fizemos de um limão uma limonada, com diz a sabedoria do matuto.

Vamos à comparação.

Matrículas:

ALUNOS MATRICULADOS	2016	2018
Creches	236	264
Pré-escolas	340	293
Anos iniciais - Ensino Fundamental (1ºao 5º)	1040	1006

Anos finais - Ensino Fundamental (6º ao 9º)	969	919
EJA	95	147
Educação Especial	0	29
TOTAL	2680	2658

Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 x 2018

Como se vê, olhando de longe os números totais são similares. Mas é bom olhar nos detalhes. Alguns alunos migraram para escolas estaduais ou privadas, por razões particulares. Porque, se quisessem ficar, teriam desfrutado de melhores condições, como demonstrado mais adiante. Agora, o mais importante é o seguinte: claramente, em Creche, no EJA e na Educação Especial, nós criamos mais vagas. E essas modalidades custam caro.

Na parte de tecnologia, em 2016 não havia computador nas escolas, para alunos ou para os gestores escolares; em 2018, já havia 14.

Na acessibilidade nas escolas, em 2016 era uma escola com acesso adaptado a portadores de deficiência, e em 2018 eram duas. Porém, em 2016, eram duas escolas com sanitários dotados de acessibilidades, mas em 2018 já eram quatro.

Logo, apesar das agonias financeiras típicas dos anos iniciais de gestão, houve investimento nas escolas. *As estatísticas oficiais não captaram, mas em 2018 a nossa Educação fez dois investimentos importantíssimos, como há muito não acontecia: compra de um ônibus escolar e de dois veículos exclusivos para Educação, para os gestores da pasta se fazerem mais presentes em todas as escolas.*

Esse investimento em informática representou ganhos enormes – para alunos, professores e gestores. Por exemplo, tornou possível o acesso a tecnologias educacionais online. Através do Google for Education, e com o auxílio de administradores de TI (Tecnologia da Informação), alguns professores e escolas já estão passando pelos seguintes experimentos:

- ✓ gerenciamento automatizado baseado em nuvem, agilizando procedimentos e garantindo atualização de todos o tempo todo;
- ✓ programação de cursos de ciência da computação e do mais amplo acesso à cultura, a obras de arte e a conteúdos científicos do mundo todo;

- ✓ excursões virtuais (conhecimento de diversas partes do mundo através do computador);
- ✓ otimizar o desempenho dos alunos na produção de textos e planilhas;
- ✓ aprimorar as aulas de Geografia, História e Matemática, com os recursos online.

Tudo isso já vem sendo feito. Aos poucos. Mas a tendência é que essas experiências sejam aprimoradas e replicadas (os melhores usos delas) para todas as escolas.

O importante, nesse aspecto, é o seguinte: sem os modernos computadores nas escolas (que obviamente tendemos a ampliar), todas essas modernas tecnologias seriam uma imensa escuridão para nossos alunos. Não é garantia de que elas melhorem a vida deles, mas eles não podem se ver defasados em relação aos demais. Então, em vez de derrotismo, temos motivações a dar.

De grande orgulho para nós foi o que se passou em duas condições essenciais, quando se trata da Educação Básica:

1. *Alimentação Escolar – mais conhecida como Merenda. Pois bem, não apenas regularizamos, como universalizamos (para todas as unidades escolares), mas com toques especiais de qualidade e quantidade:*

1.1. *Alimentação balanceada, administrada e monitorada por nutricionistas – superando até mesmo os padrões determinados pelas autoridades nacionais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), embora os recursos remetidos pelo PNAE sejam imensamente insuficientes para custear a alimentação que fornecemos. O que quer dizer: mais da metade dessa despesa é custeada com receitas próprias do Município.*

1.2. *Além da alimentação principal, fornecemos um lanche no meio ou no final do turno, embora não sejamos obrigados a isso.*

1.3. *E a Alimentação Escolar ajuda outra importante política pública municipal: a Agricultura Familiar – no mínimo 10% dos nossos desembolsos vão para esse importante segmento de nossa população e de*

nossa economia. Traduzindo: a maior parte dos produtos naturais (não industrializados) da nossa Alimentação Escolar vem da nossa Agricultura Familiar - isso faz parte da nossa determinação de POTENCIALIZAR A ECONOMIA LOCAL (O QUE DE FATO OCORREU, COMO FICARÁ DEMONSTRADO MAIS ADIANTE).

2. *Fardamento e material didático-pedagógico adequado - abraçamos essa causa, porque embora esses itens não sejam obrigatórios ao Município, eles elevam a estima dos alunos e das famílias, e ainda ajudam os gestores escolares e os professores, que podem assim melhor padronizar seus procedimentos organizacionais e pedagógicos.*

Outros dois grandes orgulhos nossos foram os seguintes:

- ✓ **Climatização das salas de aula.** O maior conforto permite uma maior concentração de alunos e professores, e conseqüentemente melhores rendimento e desempenho.
- ✓ **Transporte Escolar.** Ampliamos a frota com dois ônibus novos. Além disso, regularizamos os terceirizados (contratados) e garantimos a permanente e regular manutenção de nossa frota, de sorte que o transporte deixou de comprometer a frequência de todos os alunos na escola, e não importa onde ela se localize.

Por fim, temos o dever de mencionar que, na nossa determinação de deixar a Educação aos cuidados de especialistas, garantimos a autonomia administrativa responsável das escolas, para que as mesmas também exercitem a autonomia pedagógica em matéria curricular (obviamente respeitando os padrões curriculares nacionais).

EM EDUCAÇÃO, IMPORTA A TENDÊNCIA, E ESTA APONTA PARA RESULTADOS MUITO MELHORES, CONSIDERANDO OS CONSISTENTES INVESTIMENTOS QUE REALIZAMOS NA ÁREA, QUE PROCURAMOS RESUMIR DA SEGUINTE FORMA:

VEÍCULOS NOVOS ADQUIRIDOS:

- ✓ 2 Volkswagen Gol (2017)
- ✓ 2 Ônibus Mercedes Benz (2017)
- ✓ 1 micro ônibus Volare (2019)

REFORMAS E RECUPERAÇÃO DE ESCOLAS - *INCLUINDO A PRIMEIRA INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADOS (perfazendo um total de 30 ar condicionados, distribuídos nas unidades escolares de maior calor):*

- ✓ Creche Boas Mãos, em Barra de Maxaranguape (**5 ar condicionados**)
- ✓ E. M. Germano Gregório, em Barra de Maxaranguape (**9 Ar condicionados**)
- ✓ E. M. Esmerino Gomes, em Caraúbas (**7 ar condicionados**)
- ✓ Creche D. Ivone Vasconcelos Marques, em Maracajaú (**6 ar condicionados**)
- ✓ E. M, São José, no Assentamento S. José (**3 Ar condicionados**)

ELETRO DOMÉSTICOS: 2 geladeiras (1 de 4 portas); 7 freezers; 4 ventiladores; 5 fogões; 1 forno elétrico 1 bebedouro; 6 liquidificadores industriais.

MÓVEIS ESCOLARES: 650 carteiras; 160 conjuntos de mesas (pequenas e médias) para educação infantil; 2 birôs; 13 quadros (lousas); 3 armários; 32 colchonetes.

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: 6 computadores de mesa; 1 notebook; 7 impressoras; 3 roteadores de internet.

EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO/VÍDEO: 2 caixas de som; 2 microfones; 2 data-shows; 1 TV de led.

FUNDAMENTO E MATERIAL ESCOLAR: foram distribuídos 2800 kits, tanto em 2018 como em 2019.

TOTAL DE GASTO MENSAL COM ALIMENTAÇÃO: média mensal de R\$ 48 mil, envolvendo **a comida industrializada, os hortifrutis fornecidos pela Agricultura Familiar e os itens de compra direta na escola.**

DENTRO DE PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES, foram

realizadas as seguintes ações:

- ✓ 16 Oficinas sobre a prática do ensino através de habilidades e competências
- ✓ 10 oficinas de contação de histórias para educação infantil
- ✓ 3 minicursos de educação inclusiva
- ✓ 4 palestras sobre os novos desafios da educação
- ✓ 1 mini curso de novas metodologias de ensino
- ✓ 1 Palestra sobre a metodologia da escola da Ponte

E como será

Uma vez estruturado o nosso sistema educacional, vamos nos dedicar a diversos desafios específicos, mas todos com foco num objetivo maior: injetar qualidade em toda a nossa Educação Básica. Não serão desafios fáceis, mas precisamos pactuar e pedir o apoio das famílias.

Primeiro. Conclusão da reforma das Escolas Municipais Calixto Varela e Pedro Costa.

Segundo. Melhorar o desempenho de nossos alunos do Ensino Fundamental no IDEB (Indicador do Desenvolvimento da Educação Básica), dando condições para que obtenham melhores médias na Prova Brasil, em Português e sobretudo em Matemática, cujos resultados são aproveitados pelo IDEB para avaliar o desempenho cada escola e de cada Município. Tarefa gigante, considerando os baixíssimos índices de nossos alunos em toda a série histórica do IDEB. Mas não há saída. Temos que fazê-lo. O caminho? – Motivar famílias, alunos e professores.

Terceiro. Investir bastante na capacitação dos professores, para regularizar o fluxo educacional (ou seja: evitar repetências) e aumentar a taxa de aprendizado no dia-a-dia.

Quarto. Buscar parceria com a Secretaria Nacional de Esportes, visando implantar o

Programa “Segundo Tempo” em nosso Município – com esse Programa, o aluno fica mais um turno na escola, em alguns dias da semana, e durante esse tempo ele se dedica a várias atividades extracurriculares: aprender duas modalidades esportivas (uma individual e outra coletiva); frequentar aulas de reforço; aprender arte e cultura. Importante: 90% dos custos desse Programa cabem ao governo federal. Logo, temos condições de ir adiante, elaborar projetos e submeter ao governo federal. Ele não beneficia a todos os alunos, mas é um exemplo a seguir. No final, devemos colher melhores os índices de desempenho de nossos alunos do Ensino Fundamental.

- Quinto. Formalizar parcerias com grandes instituições de ensino, públicas e privadas, visando reduzir custos para que possamos implantar dois importantes programas: a) qualificação continuada dos professores, para atualização permanente dos mesmos em técnicas pedagógicas e nos conteúdos que ministram em sala de aula; e b) aulas de reforço para os alunos que mais necessitam, para que os mesmos melhorem seu desempenho em sala de aula, na Prova Brasil e no IDEB.
- Sexto. Seguir na trilha já iniciada de equipar as escolas com novos recursos tecnológicos, conforme as indicações técnicas e pedagógicas, mas também respeitando os nossos limites de capacidade financeira. Esse esforço deve resultar na implantação dos seguintes equipamentos nas escolas (enfatizamos: paulatinamente): bibliotecas, salas de leitura, laboratórios (de ciências, de informática e de robótica).
- Sétimo. Ampliar a acessibilidade nas escolas. Custa caro. Mas vamos instalando aos poucos, conforme as necessidades de cada escola.
- Oitavo. Enfrentar o analfabetismo – não só o funcional-escolar, que ocorre quando o aluno não compreende o conteúdo que deveria aprender (sobretudo em Matemática), mas também mapear jovens fora de faixa e da escola que se enquadrem no analfabetismo. Para tanto, vamos buscar apoio dos governos estadual e federal, e de entidades empresariais, porque este é um objetivo que interessa a todos.

Nono. Escolas Parques – uma experiência de ensino completo. Artes, cultura, esportes, informática, universo digital, aulas de reforço – tudo junto e misturado. De fato, bem caras. Mas tentaremos ao menos duas. Sozinhos, não. Vamos atrás de parcerias. Neste caso, importa mais a determinação de fazer.

ESPORTE E LAZER

Já sabemos: comunidade com esporte e lazer é comunidade segura. Onde tem esporte e lazer, tem jovem aprendendo e aprendendo a se proteger, a evitar os caminhos do crime.

Vamos dar continuidade às atividades de reforma e manutenção dos campos de futebol e das quadras de esportes, ao ponto em que todas essas unidades estejam devidamente recuperadas, ativas e operantes.

Paralelamente, incentivar o esporte comunitário, a formação de ligas desportivas em várias modalidades, dando como estímulo os materiais esportivos e as premiações (estas em parceria com empresas privadas, inclusive locais, e com entidades públicas e privadas, inclusive federações desportivas – afinal, brotar talentos e reduzir índices de violência não interessam apenas ao Município).

Em outra frente de atuação, as escolas municipais serão orientadas a criar oficinas regulares de esportes, com o objetivo disseminar a parte teórica e fomentar a formação de equipes, times e clubes.

SAÚDE

Como tem sido

Com todo o respeito aos gestores que nos antecederam, mas temos que registrar que assumimos um sistema de saúde municipal desestruturado, desarticulado, restrito e retraído, com baixíssimos níveis de satisfação.

Além disso, e não por prazer nosso, mas por necessidade, não há como resumir o que fizemos sem fazer referência à situação anterior.

Daí porque as providências tomadas pareceram uma revolução na saúde, embora tenham consistido em organizar o sistema, para que funcionasse como tal. E o que foi feito, então?

Vamos lá:

1. A infraestrutura da saúde foi melhorada e ampliada de forma inédita. São de se destacar os investimentos que fizemos na área, como há muito Maxaranguape não fazia – e nunca é demais lembrar: apesar da calamidade financeira em que assumimos a gestão e das dívidas que tivemos que parcelar para equilibrar as contas públicas e, em seguida, dar ritmo à gestão.

Um resumo das ações nessa área:

1.1. Aquisições importantes:

- ✓ 4 ambulâncias – operadas junto às demais da frota (locadas ou próprias), permitiram que todas as unidades de saúde, sem exceção, fossem assistidas de ambulâncias com qualidade.
- ✓ 1 van de 21 lugares – para transporte de pacientes eletivos e respectivos acompanhantes, com destino a atendimentos de média e alta complexidades que fogem às atribuições do Município.
- ✓ 3 veículos simples – possibilitaram a presença constante dos gestores e reguladores da saúde em todas as unidades, melhorando assim os indicadores e o desempenho da gestão em saúde.

- ✓ Reabastecimento completo das UBS com todos os medicamentos de atenção básica, e manutenção do estoque básico por todo o período da gestão.
- ✓ 1 consultório odontológico completo.

1.2. Reestruturações importantes:

- ✓ UBS equipadas com macas com focos de luz.
- ✓ Recuperação e manutenção dos equipamentos odontológicos em 5 UBS.
- ✓ Recuperação e manutenção em 2 equipamentos de raio-x que se encontravam parados.
- ✓ Alimentação dos sistemas de informação em saúde, possibilitando o alcance, a elevação e a divulgação dos indicadores da saúde municipal.

1.3. Inovações importantes:

1.3.1. Contratação de diversos novos serviços de saúde, através da adesão ao Consórcio Intermunicipal do RN (COPIRN).

São exemplos desses serviços:

- a) Exames de alta e média complexidades
- b) Consultas especializadas
- c) Exames laboratoriais
- d) Serviços diversos

1.3.1. Formalização de outros importantes pactos em serviços de saúde:

- a) Urgência e emergência – em associação com mais de 20 municípios da III Regional de Saúde (em politraumas e doenças cardiovasculares, neurológicas e respiratórias)
- b) Obstetrícia – na mesma Regional (para partos normais e cirúrgicos).

1.4. Outras ações essenciais:

- ✓ Ampliação do serviço multidisciplinar – contratação de fisioterapeutas, nutricionistas, psicológicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais.
- ✓ Sistema de regulação, pela primeira vez, atendendo a todos os protocolos e fluxos da saúde.
- ✓ Atendimento às especialidades médicas – não havia: ginecologia (com exames), psiquiatria e pequenas cirurgias.
- ✓ Ambulâncias – quando assumimos, só havia 2 em circulação; hoje são 6.
- ✓ Ampliação dos atendimentos médicos – com frequência e mais dias em serviço.
- ✓ Ampliação dos números de famílias com atendimento completo em Saúde Bucal e Saúde da Família.
- ✓ Organização e estruturação dos Programas de Saúde do Trabalhador, da Mulher e do Idoso.
- ✓ **Médicos em geral** – quando assumimos, eles estavam em justa debandada, com o perdão da expressão. Alguns só não o fizeram pelo dever de juramento (cuidar da saúde da população) e por razões contratuais. Mas a motivação era clara: a remuneração paga por Maxaranguape, além de uma das menores do estado, era ainda irregular, achava-se em atraso. A remuneração foi então atualizada, e em seguida ajustada para um valor maior (porém responsável, de acordo com o porte e os recursos do Município). Mas surtiu os efeitos desejados: em pouco tempo, a população identificou os seus médicos, porque a frequência deles se tornou regular para não mais mudar – nas Unidades de Saúde aonde são requisitados, não importa a localização delas.
- ✓ **Programa de Saúde Bucal** – achado na mesma desestruturação. Foi criada então uma coordenação do Programa, e composta a equipe, que se tornou frequente e presente nas Unidades de Saúde. Além disso, foi providenciado todo o material indispensável ao trabalho dos dentistas, e o serviço, além de permanente, ganhou regularidade e qualidade.
- ✓ **Unidades Básicas de Saúde (UBS)** – tal o grau de excelência em que

deixamos a unidade central, da sede do Município, que a mesma virou referência para as cidades da região, como se fosse uma unidade hospitalar. Que não é. Mas, por que parece? Por uma ação nossa aparentemente simples, mas bastante cirúrgica: não só demos condições imediatas para que funcionasse regularmente, mas que funcionasse com qualidade e em 24 horas por dia, todo dia – daí a aparência de hospital.

- ✓ **IMPORTANTE:** a população já percebeu que acabamos com o horrendo serviço da “ambulancioterapia”, que era a prática desastrosa de transferir nossas obrigações para a capital e outras cidades. Agora, não. Só sai das nossas UBS quem os procedimentos médicos exigem cuidados especializados, fora do nosso alcance, e com o devido encaminhamento.
- ✓ **Lixo Hospitalar** – serviço que a população não percebe, mas que é indispensável à saúde pública e ao meio ambiente (sobretudo aos recursos hídricos). Deixou de ser descartado indevidamente, irregularmente; e passou a ser entregue a uma empresa especializada, que então faz a destinação final de forma adequada.

Como será

Manutenção, modernização e ampliação das ações elencadas acima. Para tanto, pactuando diversas melhoras e compromissos.

Vamos a eles:

1. Aquisição de uma unidade odontológica móvel.
2. Reestruturação dos serviços de urgência e emergência – com objetivo de ampliar o atendimento 24 horas.

3. Construção do laboratório de análises clínicas próprio do município.
4. Construção do centro de reabilitação municipal – para atender às necessidades fisioterapêuticas dos munícipes.
5. Ampliação de frota de veículos a serviço da saúde.
6. Gestão idônea e devidamente justificada de todos os recursos da saúde (do jeito que tem sido; e assim será).
7. Licitação ou contratação de todos os serviços de saúde na estrita forma da lei – como tem sido e como deve ser, porque é a melhor prevenção ao erro, e porque cada centavo da saúde importa.
8. Programas de qualificação e capacitação dos servidores da saúde, em conformidade com os padrões da área, para deixarmos Maxaranguape com um sistema de saúde de fato humanizado e parceiro das famílias.
9. Profissionalizar a gestão da saúde – envolvendo os gestores e reguladores da área em cursos específicos de gestão hospitalar ou de saúde, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos da saúde.
10. Adoção de sistema informatizado para dispensação de medicamentos e materiais médicos, hospitalares e odontológicos, com a finalidade de otimizar o consumo de tais bens públicos, exterminando o desperdício.
11. Saúde na Escola – a Saúde vai ajudar a Educação, e vice-versa. Aluno saudável (preventivamente) é menos custo para a família e para a Prefeitura. É menos gente nas UBS. E mais importante: rende mais na escola. E como será? Simples: periodicamente, médicos, dentistas, enfermeiros e técnicos da Saúde diretamente na escola, para checagem completa do alunado, e encaminhado de quem precisa ao devido cuidado médico. Tudo de uma vez, e toda semana? Não. Talvez, nem todo mês. A periodicidade vai ser definida de acordo com cada equipe (médica ou odontológica). O mais importante é evitar que os alunos adoçam.
12. Até aqui, demos conta do recado com os recursos próprios do Município (atenção: os repasses do Governo Federal são direitos dos Municípios, e não esmolos). A partir daqui, vamos pedir apoio da população para conquistar parcerias com os governos

federal e estadual, com duas finalidades:

- a) ampliação do número de especialidades médicas à disposição dos munícipes;
- b) modernização tecnológica dos atendimentos em saúde.

13. SAÚDE DA MULHER E DO IDOSO – já foram implantados e bastante ampliados os serviços e atendimentos para esses públicos específicos. O desafio agora é a universalização: nenhum deles fora do nosso radar de controle.

MEIO AMBIENTE

O Município vem investindo forte na limpeza e na pavimentação de vias públicas. Mais importante é que isso não se dá por acaso, mas de forma articulada, de acordo com um planejamento para o desenvolvimento econômico e social do Município.

Certamente, quando o munícipe percebe suas comunidades litorâneas, urbanas e rurais com limpeza pública regular e sistemática e pavimentação (calçamentos) em processo de recuperação e expansão permanentes, forma o correto juízo de valor de políticas públicas que casam o cuidado ambiental com o desenvolvimento econômico.

Afinal, não se trata de cuidar do meio ambiente pelo prazer de cuidar; mas de cuidar com um fim maior, que é justamente promover o desenvolvimento integrado – do Município e de suas famílias.

Código Ambiental

Isto posto, não é por outra razão que nos empenhamos cuidadosamente com a criação do Código Ambiental Municipal, uma iniciativa inédita na história de Maxaranguape com o potencial de atrair investimentos de peso e inserir o Município na nova era de desenvolvimento sustentável – e ciente das implicações: sustentável no tempo e nas normas ambientais.

Durante a primeira gestão, adotamos todas as cautelas para a produção de um Código Ambiental equilibrado e duradouro, através de estudos e pesquisas em conformidade com as características históricas, sociais e econômicas do Município.

Na continuidade da gestão, vamos operar a conclusão dessa importante obra imaterial, discutindo amplamente as implicações do Código com a população e os seus representantes legislativos, mas aprovando a matéria.

O lixo doméstico e a sua correta destinação

Como já demonstramos aqui, introduzimos Maxaranguape na rota definitiva do tratamento ambientalmente adequado da produção do seu lixo doméstico, ao

pactuarmos a correta destinação dessa crescente produção para o seu destino certo: o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal (localizado em Ceará Mirim), da qual Maxaranguape é parte integrante mas ainda não havia formalmente pactuado essa adesão.

Uma vez que regularizamos e sistematizamos a coleta do lixo doméstico, o que resultou no aumento do volume do lixo coletado, conscientemente produzimos a obrigação de encerrar de vez os lixões (o que de fato fizemos), e assim pavimentamos o caminho sem volta de destinar corretamente toda essa produção – o Aterro Sanitário, como manda a legislação ambiental local e nacional.

Hoje, o munícipe é ciente de que a correta deposição do lixo doméstico reduziu drasticamente a contaminação do subsolo e das nossas riquezas hídricas (rio, riachos, lagoas e praias). E por isso virou parceiro ativo dessa obra – dando prova de que, sim, a preservação do meio ambiente importa para o desenvolvimento econômico do seu Município.

Normatização da poda de árvores

Também para uma poda de árvores sustentável, na primeira gestão cuidamos dos estudos e cautelas de como fazer, e na continuidade vamos cuidar de debater (com a população e seus representantes) e aprovar – e não se trata exatamente de pôr em prática, porque isso já vem sendo feito; mas de ter o correto entendimento da necessidade de uma norma duradoura, em conformidade com aquele espírito (delineado acima) de amadurecimento da população para um desenvolvimento econômico sustentável (no tempo e nas normas ambientais).

A população já percebeu a importância dessa normatização: não apenas ambiental, mas também econômica – afinal, o Município não podia continuar tratando a poda de árvore como lixo descartável (que não é), e se que pode ampliar suas receitas tratando o produto das podas como matéria-prima para diversas atividades econômicas privadas.

Isto é, entendeu que a normatização leva a uma poda ambientalmente adequada, e ainda agrega valor econômico importante – desde que façamos a poda como deve ser feita, de acordo com as normas ambientais, para que ela deixe de ser uma obrigação e se transforme numa rentável atividade econômica para o Município.

Destinação do lixo hospitalar

Boa parte do que deve ser dito sobre o tratamento do lixo hospitalar já o foi acima, quando tratamos do lixo doméstico e da poda de árvore – o tratamento adequado dessas ações importam, e muito, para reduzir ou até mesmo eliminar agressões ao meio ambiente; mas também importam para o desenvolvimento econômico.

Resta esclarecer, porém, como fizemos: finalmente, Maxaranguape optou pela destinação adequada do lixo hospitalar – hoje, ele já é coletado inteiramente em separado do lixo doméstico, acondicionado de forma adequada e finalmente incinerado, tudo por uma empresa privada especializada, autorizada pelo Município e monitorada por ele e pelos órgãos de controle ambiental.

De novo, a população virou parceira – porque sabe que essa atitude do Município

preserva a saúde, ao preservar de agressões suas riquezas naturais (rios, riachos, lagoas e praias).

Por fim, a preservação do patrimônio natural

Agimos com extremos zelo e cuidado na proteção do nosso patrimônio natural, porque sabíamos da necessidade e importância desses para quatro elementos primordiais de nossa riqueza:

- ✓ Árvore do Amor – foi revitalizada e cuidada para funcionar inclusive sobretudo como atividade atrativa do turismo. Vai receber investimentos ao redor, para perenizar a sua correta preservação, e ficar apta a abrigar empreendimentos ao redor.
- ✓ Parrachos de Maracajaú – foram não só preservados, mas adotadas todas as cautelas de limpeza, manutenção e redução de impactos pela presença humana, e tudo de comum acordo com a população e os órgãos de controle ambiental.
- ✓ Lagoas e Dunas – continuarão a ser tratadas com a ótica da preservação (limpeza permanente dos seus acessos e entornos), mas incrementadas com mecanismos de vigilância, inclusive com treinamento e parceria da população.

SANEAMENTO BÁSICO

Não é assunto fácil para os municípios de pequeno porte, apesar de muito importante para a saúde pública (redução da proliferação das zoonoses e outras doenças infecciosas). Além da água tratada e da destinação adequada do lixo doméstico (que também conseguimos, graças a um contrato pelo qual enviamos o nosso lixo para o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, que fica em Ceará Mirim), o SANEAMENTO BÁSICO requer três etapas caríssimas:

1. Coleta de todo o esgoto doméstico, através de sistemas de canalização no subsolo (e o esgoto some do meio fio).
2. Estações de tratamento do esgoto coletado (a etapa mais cara).

3. Sistemas de reuso da água tratada nas estações de tratamento, para evitar o uso de água potável (de beber), que também é cara, em atividades de limpeza e higiene.

Entretanto, Saneamento Básico não se resume aos ciclos da água (distribuição de água potável e coleta e tratamento das águas servidas, ou de esgoto).

Vai muito mais além, porque envolve todos os serviços (e prestados de forma adequada) de coleta e destinação final do lixo.

Nesse aspecto, evoluímos até conceitualmente – mas não só. Vejamos:

- ✓ *Deixamos para trás o conceito de limpeza urbana (que aliás era muito irregular, e facilitava o acúmulo de lixões em diversos pontos das áreas urbanas) e embarcamos de vez no conceito de limpeza pública – o serviço ganhou em amplitude e regularidade: limpeza, varrição e coleta de lixo em praias, distritos urbanos e rurais e na própria sede do Município, em dias previamente conhecidos pela população.*
- ✓ *Além disso, o serviço ficou ambientalmente sustentável – o lixo agora é levado para o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, que se localiza em área afastada do Município de Ceará Mirim.*
- ✓ *Eliminação de lixões – as duas ações (acima) possibilitaram o fim dos lixões em nosso Município.*

Porém, em relação a coleta e tratamento das águas servidas (de esgotos), uma questão se impõe: como chegar lá?

Para cidades do porte de Maxaranguape, é extremamente difícil, considerando que os elevados custos extrapolam (em muito) a nossa capacidade financeira.

Mas há saídas, que precisamos no mínimo apresentar à população, para debate e amadurecimento:

- ✓ *Buscar parceiros com recursos, sejam públicos ou privados. Trata-se de privatizar o SAAE? – De forma nenhuma. Mas pode implicar na concessão dos serviços de esgoto, desde que alguma empresa (pública ou privada) se interesse em investir com a expectativa de retorno. E como seria esse retorno? Podemos dar exemplo: vendendo a água de reuso. Como assim? Como sabemos, água de reuso é a água de esgoto devidamente tratada. Ou seja, ela pode ser reutilizada. Quando o sistema de reuso é muito caro, essa água serve até para beber. Mas essa seria uma realidade muito distante da nossa. Já os sistemas mais simples permitem o reuso seguro da água tratada nas lavagens em geral (carros, roupas, louças, pisos); nas atividades de jardinagem; nas atividades agrícolas (de plantio); e nas descargas sanitárias. A população pode perfeitamente receber água de dois sistemas: do SAAE, a água potável (que fica bem mais barata), para beber, cozinhar e tomar banho; da empresa parceira, a água de reuso (muito mais barata). Isso é uma promessa de que vai fazer? Não. É um compromisso de, com ajuda do Governo Federal (que exige as cidades saneadas), contratar estudos técnicos sobre a viabilidade dessas parcerias – que não podem ser implantadas sem aprovação expressa da população, em audiências públicas com participação do Ministério Público e votações na Câmara Municipal. O IMPORTANTE É QUE A POPULAÇÃO COMECE A SE INTEIRAR E OPINAR SOBRE ESSES ASSUNTOS, PORQUE ELES TAMBÉM DIZEM RESPEITO À SUA*

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Notas preliminares:

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Art. 1º):

“A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

O SUAS – Sistema Único da Assistência Social

- ✓ Pacto federativo, com definição de competências e contrapartidas financeiras dos entes (União, Estado e Município);
- ✓ Organiza as ações pelo conceito de Proteção (Básica e Especial, segundo os níveis de complexidade da assistência) e por territórios (partes do município), tal como na saúde;
- ✓ Incentiva a gestão por resultado, descentralizada e participativa, em todo o território nacional.

Financiamento da Assistência Social

Principais diretrizes:

O financiamento da rede socioassistencial local é realizado mediante aporte de recursos nos orçamentos de cada ente federado, transferidos por meio de repasses na modalidade fundo a fundo, de forma regular e automática, de acordo com critérios de partilha pactuados nas Comissões Intergestores (CIB e CIT) e deliberados nos conselhos de assistência social, para o cumprimento de sua programação de ações e serviços.

O cofinanciamento, estabelecido no art. 28 da LOAS, deve assegurar à rede de serviços do SUAS a provisão de recursos das três esferas de governo.

Financiamento Tripartite

Condições necessárias para o recebimento de recursos do FNAS (Art. 30 da LOAS) – dispor de:

- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS, com alocação de recursos próprios do Tesouro Municipal em seu Orçamento;
- Unidade Orçamentária própria do FUMAS, contemplando os recursos destinados às Ações/Serviços de Assistência Social (as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).

O IGD DO SUAS

- ⇒ É o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada, para fins de apoio financeiro complementar da União, destinado somente ao aprimoramento da “gestão descentralizada”.
- ⇒ O índice varia de 0 (zero) a 1 (um). Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho da gestão e maior o valor do apoio financeiro.
- ⇒ Para receber os recursos do IGD/SUAS, o Município deve alcançar índice superior a 0,2 (dois décimos).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO IGD/SUAS – somente em:

- ✓ Reforma, adaptação, adequação de prédios para acessibilidade;
- ✓ Aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao aprimoramento da gestão;
- ✓ Desenvolvimento de sistemas de informática que auxiliem na gestão;
- ✓ Capacitações e treinamentos dos trabalhadores do SUAS;
- ✓ Campanhas de divulgação e comunicação dos serviços socioassistenciais.

Como tem sido entre nós

1. Muita ênfase na execução de políticas, programas e ações de assistência às pessoas mais vulneráveis, porém numa conceituação atualizada, incluindo as políticas de fomento ao empreendedorismo, ao trabalho, ao emprego, à renda e à habitação digna.
2. A propósito, para nós, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, E HABITAÇÃO DIGNA, constituem capítulos próprios, à parte.
3. Nossas políticas de fomento incluem, naturalmente, ações de qualificação da mão de obra local, de intermediação do emprego e de fomento à economia solidária

(designação para arranjos produtivos comunitários), ao artesanato e à micro empresa.

4. Para uma maior transparência e interação com a população, e para um fortalecimento real e efetivo do controle social, desenvolvemos:
 - 4.1. Uma ouvidoria constante, com procedimentos dinâmicos e interativos – que reduzem os deslocamentos da população beneficiária às unidades de prestação de serviços assistenciais;
 - 4.2. Uma política de transparência absoluta e resoluta, com o franqueamento mais aberto possível de dados e informações, considerando a expressividade dos serviços, para melhor interagir com a população e com os órgãos de controle.
5. Busca permanente e sistemática por indicadores consistentes dos resultados das políticas sociais executadas, inclusive como aprimoramento permanente da gestão (aliás, a finalidade principal do IGD/SUAS).
6. A par dessas condutas e ações planejadas, obtivemos êxito na organização dos seguintes segmentos específicos:
 - ✓ Reestruturação/Ampliação do setor do Cadastro Único, com objetivo de qualificar os atendimentos à população;
 - ✓ Novos equipamentos de informática e mobiliários foram adquiridos, para otimizar os atendimentos nos seguintes programas: CRAS, PCF e PBF;
 - ✓ Foi montada uma estrutura administrativa à parte para atendimento e apoio à população no acesso ao Auxílio Emergencial em função da pandemia da Covid-19;
 - ✓ Foi plenamente estruturado e organizado o Atendimento Jurídico à população;
 - ✓ Serviços da assistência social disponíveis para a população durante a COVID-19, para sanar várias demandas de vulnerabilidade/risco social, violação de direitos e outras situações.

Como será

1. Construção do prédio próprio da assistência social nos distritos de Maracajaú e Caraúbas (ampliação dos atendimentos socioassistenciais na região rural);
2. Reforma do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
3. Descentralização do Cadastro Único na região rural (para os procedimentos de atualização/inclusão/ transferência/ in loco); para tanto, aumentando a capacidade dos equipamentos de informática;
4. Realização das oficinas de convivência familiar com as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no cadastro único até meio salário mínimo;
5. Aquisição de mais um veículo para a SEMASTH, destinado às demandas do CRAS (considerando o aumento das demandas);
6. Continuação e fortalecimento da ação “Secretaria Itinerante”, para estreitar ainda mais os laços com as comunidades e viabilizar vários atendimentos da SEMASTH, tais como: atendimento psicossocial, atendimento do cadastro único, jurídico e outras providências;
7. Contemplação do CREAS (a partir das orientações do MC);
8. Capacitação profissional para os seguintes colaboradores: operadores de cadastro único, CRAS, SCFV, PCF.
9. Elaboração e adoção de índices próprios de aferimento da qualidade dos serviços prestados, para otimizar a alocação de recursos (financeiros, materiais e humanos) e a distribuição territorial dos programas e ações, incluindo um índice de avaliação do desempenho dos programas de transferência de renda no âmbito do Município, para subsidiar e melhor dimensionar a aplicação desses recursos no território local;
10. Estabelecer e normatizar Padrões de Qualidade dos Serviços prestados à população;
11. Destinar mais recursos (provenientes do IGD-SUAS ou de parcerias) ao

aprimoramento do controle social do SUAS, através do fortalecimento do CMAS e da capacitação dos seus membros.

12. Elevar as ações de Trabalho, Emprego e Renda, bem como as de Educação Permanente (capacitação e qualificação) à condição de políticas estratégicas de desenvolvimento do Município;
13. Institucionalizar os seguintes instrumentos de fortalecimento do controle social: Ouvidoria da Assistência Social, Portal de Transparência da Assistência Social e site interativo, com a maior prestação possível de serviços online.

A MULHER, A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO

- ✓ Incentivar e mobilizar a Procuradoria do Município para atuar na orientação e proteção dos direitos da mulher, consideradas em sua ampla diversidade.
- ✓ Desenvolver programas de qualificação profissional de mulheres trabalhadoras e de inserção delas no mercado de trabalho.
- ✓ Fomentar diversas formas de associativismo produtivo entre elas, provendo condições de competição no mercado.
- ✓ Intermediar a inclusão de mulheres nos novos empreendimentos que se instalem no município, priorizando as vítimas de violência doméstica e mulheres chefes de família.
- ✓ Capacitar grupos produtivos de mulheres, visando a sustentabilidade dos seus projetos de renda, proporcionando divulgação de produtos ou serviços desenvolvidos em grupos, formalizados ou não.

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- ✓ Ampliar o alcance das ações de habitação popular (construção e reforma), a partir da institucionalização da política municipal de habitação e de regularização fundiária, em caráter permanente.
- ✓ Promover ações de regularização e titulação das áreas ocupadas pela população de baixa renda, sobretudo nos assentamentos produtivos rurais;
- ✓ Deslançar um programa consistente de regularização da propriedade urbana de baixa renda, buscando auxílio, parceria e (sobretudo) forma de financiamento dessa regularização (inclusive com o sistema financeiro – afinal, a valorização dessas propriedades interessa a todos).